

# **FASUL EDUCACIONAL** **(Fasul Educacional EaD)**

---

## **PÓS-GRADUAÇÃO**

### **GESTÃO EM SECRETARIA ESCOLAR – ENSINO BÁSICO**

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

## GESTÃO EM SECRETARIA ESCOLAR – ENSINO BÁSICO

<b>DISCIPLINA:</b> GESTÃO EDUCACIONAL
<b>RESUMO</b>
O objetivo dessa disciplina é promover uma reflexão sobre as questões históricas relativas à administração, para que, assim, possamos compreender a evolução desse conceito e sua aplicabilidade à educação, buscando contribuir para a ressignificação do papel do pedagogo frente à gestão educacional da escola, já que este deve ser o mediador da prática educativa escolar.
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>AULA 1</b> CONVERSA INICIAL TEMA 1 - HISTÓRIA E AS TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO TEMA 2 - FASES DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ADMINISTRAÇÃO TEMA 3 – TGA TEMA 4 - ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL X ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR TEMA 5 - TEORIAS ADMINISTRATIVAS E SUA RELAÇÃO COM A GESTÃO EDUCACIONAL NA PRÁTICA FINALIZANDO
<b>AULA 2</b> CONVERSA INICIAL TEMA 1 - A EMPRESA E A ESCOLA TEMA 2 - A ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA TEMA 3 - A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA TEMA 4 - ESCOLA: EDUCAÇÃO TEMA 5 - ESCOLA VERSUS NOVAS GERAÇÕES NA PRÁTICA FINALIZANDO
<b>AULA 3</b> CONVERSA INICIAL TEMA 1 - CONCEITO DE GESTÃO TEMA 2 - GESTÃO EDUCACIONAL TEMA 3 - GESTÃO ESCOLAR TEMA 4 - GESTÃO ESCOLAR VERSUS GESTÃO EMPRESARIAL TEMA 5 - O TRABALHO NA ESCOLA NA PRÁTICA FINALIZANDO
<b>AULA 4</b> CONVERSA INICIAL TEMA 1 – A FUNÇÃO DA ESCOLA BÁSICA TEMA 2 – CONCEPÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR TEMA 3 – GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA TEMA 4 – OS FUNDAMENTOS DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA TEMA 5 – GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL NA PRÁTICA FINALIZANDO

**AULA 5**

CONVERSA INICIAL

TEMA 1 - PRÁXIS DA GESTÃO ESCOLAR

TEMA 2 - A UTOPIA NA PRÁXIS ESCOLAR

TEMA 3 - LIMITES NA PRÁXIS ESCOLAR

TEMA 4 - DESAFIOS NA PRÁXIS ESCOLAR

TEMA 5 - PAPEL DO GESTOR NO ESPAÇO ESCOLAR

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

**AULA 6**

CONVERSA INICIAL

TEMA 1 - ÓRGÃOS COLEGIADOS

TEMA 2 - GESTÃO E OS ÓRGÃOS COLEGIADOS

TEMA 3 - CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP)

TEMA 4 - GESTÃO E O PPP

TEMA 5 - GESTÃO E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

**BIBLIOGRAFIAS**

- BARTNIK, Helena L. de Souza. Gestão Educacional. Curitiba: Ibpe, 2011.
- CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a teoria geral da administração. 7ª ed. São Paulo: Campus, 2004.
- MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

**DISCIPLINA:**

GESTÃO DE SISTEMAS

**RESUMO**

Nossa disciplina versa sobre gestão de sistemas, mas, para podermos compreender como a gestão de sistemas funciona, é necessário entendermos uma série de questões que a envolvem. Nesta aula conversaremos a respeito da organização da educação brasileira como um todo. Você já se perguntou como funciona nosso sistema educacional e sua relação com os marcos legais brasileiros? Já pensou de que forma se constitui e o que é necessário para a manutenção de um sistema municipal? Mas o que é sistema? Será que ele realmente existe ou temos apenas uma concepção teórica desse conceito? Vamos olhar essas questões mais de perto?

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZANDO

ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ESTRUTURA

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ESCOLAR: MODALIDADES

O QUE É SISTEMA DE ENSINO

SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FINALIZANDO

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZANDO

ASPECTOS LEGAIS QUE REGULAM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ASPECTOS LEGAIS QUE REGULAM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: LDB

ASPECTOS LEGAIS QUE REGULAM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: PNE E PDE

ASPECTOS LEGAIS QUE REGULAM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ECA

ASPECTOS LEGAIS QUE REGULAM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: LEIS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

FINALIZANDO

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZANDO

O QUE É POLÍTICA

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

POLÍTICA E EDUCAÇÃO

DIREITO À EDUCAÇÃO

POLÍTICAS RECENTES E OS PLANOS DE GOVERNO

FINALIZANDO

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZANDO

AUTONOMIA DA ESCOLA E A PARTICIPAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

NÍVEIS DE AUTONOMIA: ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA, JURÍDICA E PEDAGÓGICA

LIMITES DA AUTONOMIA

ESCOLA SEM PARTIDO

PROFESSOR: VALORIZAÇÃO, FORMAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E AUTONOMIA

FINALIZANDO

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZANDO

GESTÃO DEMOCRÁTICA

DOCUMENTOS IMPORTANTES PARA A GESTÃO ESCOLAR

ESCOLHA DE DIRIGENTES ESCOLARES

PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO

PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO

FINALIZANDO

**AULA 6**

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZANDO

INSTÂNCIAS COLEGIADAS DE GESTÃO

CONSELHO ESCOLAR

CONSELHO DE CLASSE

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS

GRÊMIO ESTUDANTIL

FINALIZANDO

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

- BORDIGNON, G. Gestão da educação no município: sistema, conselho e plano. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. DIAS, J. A. Sistema escolar brasileiro. In: MENESES, J. G. C. (Org). Estrutura e funcionamento da educação básica. São Paulo: Pioneira, 2002. GOHN, M. G. M. Conselhos gestores e participação sociopolítica. São Paulo: Cortez, 2001. SAVIANI, D.. Educação brasileira: estrutura e sistemas. 10. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. \_\_\_\_\_. Escola e democracia: polêmicas do nosso tempo. 30. ed. Campinas: Autores Associados, 2009

<b>DISCIPLINA:</b> PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
<b>RESUMO</b>
Denota-se que planejar é um envolvimento, um ato necessário para programar ou efetivar uma ação, partindo de metas, objetivos, metodologias, recursos e conteúdos até a avaliação. É um instrumento fundamental para o âmbito da pedagogia, afinal, trata-se de uma formação humana que tem como escopo os humanos: o instrumento planejar simboliza contemplar o outro e ver no outro as potencialidades que podem ser afloradas. Traçando um resgate histórico do planejamento educacional no Brasil, verifica-se que ele teve significativas mudanças, principalmente no que diz respeito ao seu significado, que partiu de um modelo extremamente tecnicista e metódico para uma concepção normativo/prescritiva da realidade e, então, para uma dimensão mais estrategista, englobando definição de diretrizes que orientam a transformação da realidade e do sujeito, bem como incluindo objetivos e metas de maneira a contemplar a formação do sujeito e valorizar as suas potencialidades. No entanto, vale destacar que muitas instituições praticam, ainda, o planejamento pautado em roteiros prontos e ultrapassados, que se utilizam de transposições didáticas e até mesmo de improvisos para a realização do trabalho em sala de aula.
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<p><b>AULA 1</b> INTRODUÇÃO CONTEXTUALIZANDO CENÁRIO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL BRASILEIRO EDUCAÇÃO ESCOLAR, PEDAGOGIA ESCOLAR PLANEJAMENTO EDUCACIONAL – CONTEXTO EDUCACIONAL PLANEJAMENTO E QUALIDADE EDUCACIONAL DIALOGICIDADE NO PLANEJAR FINALIZANDO</p> <p><b>AULA 2</b> INTRODUÇÃO CONTEXTUALIZANDO A EVOLUÇÃO DO PLANEJAMENTO NO CONTEXTO ESCOLAR REFLEXÕES SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: LEI 13.005/2014) DESAFIOS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO QUANTO AO PLANEJAMENTO CONHECIMENTO DA REALIDADE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NA ESCOLA: ARTICULAÇÃO E NECESSÁRIA DETERMINAÇÃO IDEOLÓGICA FINALIZANDO</p> <p><b>AULA 3</b> INTRODUÇÃO</p>

CONTEXTUALIZANDO  
A AVALIAÇÃO NA PRÁTICA ESCOLAR  
A AVALIAÇÃO E O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL  
DIVERSIDADE NAS PRÁTICAS AVALIATIVAS  
A ESCOLA VERIFICA OU AVALIA A APRENDIZAGEM?  
INTERVENÇÕES PARA A PÓS-AVALIAÇÃO  
FINALIZANDO

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZANDO  
EQUÍVOCOS DA AVALIAÇÃO ESCOLAR  
A AVALIAÇÃO PROCESSUAL  
CARACTERÍSTICAS DA AVALIAÇÃO ESCOLAR  
INSTRUMENTOS DE VERIFICAÇÃO  
SIGNIFICADOS DA AVALIAÇÃO  
FINALIZANDO

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZANDO  
SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO  
A IMPORTÂNCIA DA DIDÁTICA NO PLANEJAR EDUCACIONAL  
PLANEJAMENTO DIDÁTICO  
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL SOB UM OLHAR  
FILOSÓFICO  
GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO SISTEMA  
ESCOLAR BRASILEIRO  
FINALIZANDO

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZANDO  
FUNÇÕES DA ESCOLA  
NATUREZA E FUNÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR  
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO  
FORMAÇÃO HUMANA  
ORGANIZAÇÃO ESCOLAR  
FINALIZANDO

**BIBLIOGRAFIAS**

- DICIO. Dicionário On-line de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/apreenderem/>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GADOTTI, M. Pensamento pedagógico brasileiro. 8. ed. Campinas: Ática, 2004.

**DISCIPLINA:**

PERSPECTIVAS CURRICULARES CONTEMPORÂNEAS

**RESUMO**

Esta disciplina tem por objetivo apresentar o conceito de currículo, introduzir as dimensões que o envolvem, desde a esfera de sua produção no campo normativo até a prática escolar (no qual este materializa-se), assim como contextualizar como vem sendo

concebido com base na lógica de funcionamento das reformas educativas globais (REGs), que serão abordadas ao longo das aulas, tendo, para cada temática, algumas especificações necessárias para compreendê-la nas escalas de sua expansão tanto global quanto local.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **AULA 1**

##### INTRODUÇÃO

CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO PRESENTE NAS REFORMAS EDUCATIVAS GLOBAIS (REGS)

CURRÍCULO E A PRÁTICA ESCOLAR: RELAÇÕES ENTRE A MACROPOLÍTICA E A MICROPOLÍTICA ESCOLAR

CURRÍCULO COMO PERCURSO: ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

PRÉ-IDEAÇÃO DO PROJETO FORMATIVO E SUA RELAÇÃO COM A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR PRESENTE

#### **AULA 2**

##### INTRODUÇÃO

CURRÍCULO PRESCRITO FRENTE AO PROCESSO DE RECONTEXTUALIZAÇÃO

PAPEL DA AUTONOMIA INTELLECTUAL E DA COLETIVIDADE NA ELABORAÇÃO DO CURRÍCULO RECONTEXTUALIZADO

ENTRE O PROJETO FORMATIVO COMPARTILHADO E PROJETO FORMATIVO

DESCONEJO: PAPEL DA PRÁXIS NO PROCESSO FORMATIVO

CONTEÚDO E FORMA: CONCEPÇÃO INTEGRAL NA CONSTRUÇÃO DA PRÁTICA EDUCATIVA

#### **AULA 3**

##### INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZANDO A TEORIA DAS COMPETÊNCIAS

A PRODUÇÃO DA POLÍTICA CURRICULAR SOB OS MODELOS DE GOVERNO E DE GOVERNANÇA

PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS: QUAL SUJEITO PARA O SÉCULO XXI?

A GEOGRAFIA EPISTEMOLÓGICA DA PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS

#### **AULA 4**

##### INTRODUÇÃO

A RELAÇÃO DA BNCC E A IMPLEMENTAÇÃO DAS REGS NO BRASIL PARA OS TRÊS NÍVEIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A BNCC DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A BNCC DO ENSINO FUNDAMENTAL

BNCC DO ENSINO MÉDIO

#### **AULA 5**

##### INTRODUÇÃO

OS CONTORNOS COMUNS DA BNCC PARA AS TRÊS ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA QUAL PROJETO PEDAGÓGICO?

BASE NACIONAL COMUM PARA A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES QUAL PROPOSTA PEDAGÓGICA?

DIFERENCIANDO POLÍTICAS CURRICULARES DE TIPO VERTICALIZADO E HORIZONTALIZADO COMO CADA UMA DELAS INTERFERE NO PROJETO

PEDAGÓGICO LOCAL

O PAPEL ATRIBUÍDO À TÉCNICA NA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC

#### **AULA 6**

##### INTRODUÇÃO



A CONCEPÇÃO DE DOCÊNCIA PRESENTE NA BNCC  
A CONCEPÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR PRESENTE NA BNCC  
A CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO PRESENTE NA BNCC  
FUNÇÃO ATRIBUÍDA AO CURRÍCULO COM ALTO GRAU DE PRESCRIÇÃO

#### BIBLIOGRAFIAS

- ALVES, P. Índio sem terra, terra com sangue. São Cristóvão: UFS, 2013. Disponível em: <https://issuu.com/pastadojoao/docs/indiosemterraterracomsangue>. Acesso em: 24 set. 2021.
- BANCO MUNDIAL. Um ajuste justo. Washington, DC: BM, 2017. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-OverviewPortuguese-Final-revised.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.
- BROWN, H. Cidadania sacrificial neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Tradução de Juliane Bianchi Leão. São Paulo: Zazie, 2016.

#### DISCIPLINA:

GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

#### RESUMO

Nesta disciplina o acadêmico irá compreender que os conceitos e possibilidades de aprendizado são amplos, no que concerne ao tema da gestão escolar financeira. Durante o curso será possível que, as etapas oferecerem um ponto de partida e, principalmente, uma base de pesquisa para que um gestor financeiro entenda a natureza do seu trabalho, mas, também, quais as estruturas políticas e as opções conceituais da Administração Pública às quais ele estará submetido.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### AULA 1

INTRODUÇÃO  
VINCULAÇÃO DE RECEITAS PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO  
MUDANÇAS CONTEMPORÂNEAS NA VINCULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E  
REPARTIÇÃO DE RESPONSABILIDADES  
HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE FUNDOS  
NOVO FUNDEB: APONTAMENTOS GERAIS

##### AULA 2

INTRODUÇÃO  
SALÁRIO EDUCAÇÃO E REPASSES DO FNDE  
RECURSOS DO FUNDEB  
ECONOMIA, MDE E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO  
ESTABILIDADE RELATIVA NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

##### AULA 3

INTRODUÇÃO  
MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO  
CONDIÇÕES DE OFERTA E RECURSOS FINANCEIROS  
REFORMAS EDUCACIONAIS  
REFORMAS EDUCACIONAIS, GESTÃO FINANCEIRA E RESPONSABILIZAÇÃO

##### AULA 4

INTRODUÇÃO  
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA  
GESTÃO COMPARTILHADA NO CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS DA



DÉCADA DE 1990  
GESTÃO GERENCIAL E A NOVA GESTÃO PÚBLICA  
REFORMA EMPRESARIAL

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DA ESCOLA: FONTES PAGADORAS  
TERCEIRIZAÇÃO E PUBLICIZAÇÃO: FONTES PAGADORAS  
NATUREZA DO SERVIÇO E DO SERVIDOR PÚBLICO: FONTES PAGADORAS  
CAPTAÇÃO DE RECURSOS E A RELAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA COM AS  
ENTIDADES PRIVADAS

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
PATRIMÔNIO MATERIAL, IMATERIAL E PRESERVAÇÃO/AMPLIAÇÃO  
GESTÃO DO PATRIMÔNIO ENQUANTO GESTÃO PEDAGÓGICA  
PATRIMÔNIO, IDENTIDADE, AUTONOMIA ESCOLAR  
ESTRUTURA, LIMITES E POSSIBILIDADES DA GESTÃO FINANCEIRA NAS  
INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS

**BIBLIOGRAFIAS**

- APPLE, M. W. A luta pela democracia na educação: lições de realidades sociais. Tradução de Marcus Penchel. Petrópolis: Vozes, 2020.
- BRASIL. Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 15 dez. 2016.
- GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R. de. A política de fundos em perspectiva histórica: mudanças de concepção da política na transição Fundef e Fundeb. Em aberto, o Fundeb em perspectiva, Brasília, v. 28, n. 93, p. 45-65, jan./jun. 2015.

**DISCIPLINA:**  
ENSINO HÍBRIDO

**RESUMO**

Blended significa misturado em português e learning quer dizer aprendizagem. Essa “aprendizagem misturada” entre ensino presencial e ensino on-line gerou a conceitualização para o ensino híbrido, que é uma proposta de ensino que pretende valorizar o melhor do presencial e do on-line.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO  
BREVE HISTÓRICO  
NO MUNDO  
NO BRASIL  
INOVAÇÃO DISRUPTIVA NO ENSINO

**AULA 2**

INTRODUÇÃO  
MODELO ROTAÇÃO  
MODELO FLEX  
MODELO À LA CARTE  
MODELO VIRTUAL ENRIQUECIDOV

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

O PROFESSOR DO SÉCULO XXI  
O PROFESSOR DO ENSINO HÍBRIDO  
PROFESSOR CURADOR  
DESAFIOS E PAPEL DO PROFESSOR

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
PROTAGONISMO E AUTONOMIA  
AMBIENTES HÍBRIDOS DE APRENDIZAGEM  
O ALUNO NO ENSINO HÍBRIDO  
CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES HÍBRIDOS

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO  
TECNOLOGIA DIGITAL NO ENSINO HÍBRIDO  
RECURSOS DIDÁTICOS TECNOLÓGICOS  
TIPOS DE RECURSOS DIDÁTICOS TECNOLÓGICOS

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
AVALIAÇÃO NO ENSINO HÍBRIDO  
VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM  
ALIANDO TECNOLOGIA E AVALIAÇÃO  
AVALIAÇÃO ONLINE E AVALIAÇÃO PRESENCIAL

**BIBLIOGRAFIAS**

- BACICH, L.; MORAN, J. (Orgs.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: Uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Decreto n. 9057 de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 mai. 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/ Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm). Acesso em: 05 set. 2019.
- \_\_\_\_\_. Portaria n. 1134, de 10 de outubro de 2016. Regulamenta a oferta de carga horária a distância em disciplinas presenciais. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 out. 2016. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/1988/portaria-n-1134>. Acesso em: 5 set. 2019.

**DISCIPLINA:**

GESTÃO DE RECURSOS DA ESCOLA

**RESUMO**

A Matemática Comercial e Financeira é diariamente utilizada nas finanças escolares e o técnico em Secretaria Escolar deve estar preparado para analisar e interpretar as situações que se apresentam para poder tomar a decisão mais correta. Imagine, por exemplo, que o pai de um aluno deseja saber quanto deverá pagar por um curso que durará um ano.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

VÍDEO 1  
VÍDEO 2

VÍDEO 3  
VÍDEO 4

**AULA 2**

VÍDEO 1  
VÍDEO 2  
VÍDEO 3  
VÍDEO 4

**AULA 3**

VÍDEO 1  
VÍDEO 2  
VÍDEO 3  
VÍDEO 4

**AULA 4**

VÍDEO 1  
VÍDEO 2  
VÍDEO 3  
VÍDEO 4

**AULA 5**

VÍDEO 1  
VÍDEO 2  
VÍDEO 3  
VÍDEO 4

**AULA 6**

VÍDEO 1  
VÍDEO 2  
VÍDEO 3  
VÍDEO 4

**BIBLIOGRAFIAS**

- CASTANHEIRA, N. P. Noções básicas de matemática comercial e financeira. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2008.
- CASTANHEIRA, N. P.; MACEDO, L. R. D. de. Matemática financeira aplicada. 3. ed. Curitiba: Ibpex, 2010.

**DISCIPLINA:**

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

**RESUMO**

O processo de avaliação por certo é figurativamente comparável a uma exuberante onda revolta que envolve em suave abraço o lindo mar azul para, após, repousar sobre praias em imorredoura calma. É neste contexto, ora de mar revolto, ora de calma, que este trabalho inicia as suas atividades, tomando por horizonte o tema genérico da avaliação institucional, que se esmera em propiciar condições favoráveis para que diferentes vertentes educativas possam alcançar concretude de benefício social de longo alcance. Desde que as instituições educativas de qualquer nível escolar começaram a se fazer presentes formalmente mundo afora, alguma forma avaliativa de sua gestão, bem como do desempenho dos seus estudantes, começou a se fazer presente.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZANDO  
EVOLUÇÃO ACADÊMICA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO POLÍTICA PÚBLICA  
CONVIVÊNCIA DE OBJETIVOS ENTRE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E GESTÃO ACADÊMICA  
A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PERMITE ENXERGAR MAIS E MELHOR AQUILO QUE SE PRETENDE VISUALIZAR  
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO APORTE INDUTOR DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO  
NOVO MARCO LEGAL DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL CLAMA POR EXCELÊNCIA EDUCATIVA  
FINALIZANDO

**AULA 2**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZANDO  
APRENDIZAGEM: RELAÇÃO PEDAGÓGICA E SOCIAL COM A AVALIAÇÃO  
AVALIAÇÃO E PESQUISA ESTABELECEM SIMILITUDE NO FORMATO DE IMPLEMENTAÇÃO  
SER AVALIADO É ESTAR SENSÍVEL À CONTRIBUIÇÃO DE OUTREM: MÁXIMAS EM AVALIAÇÃO  
CONHECER-SE MELHOR COMO PRESSUPOSTO DE VALORIZAÇÃO HUMANA PELA AVALIAÇÃO  
A AVALIAÇÃO PRECONIZA SERMOS HUMANOS EM TUDO O QUE FAZEMOS  
FINALIZANDO

**AULA 3**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZANDO  
O AVALIADOR PODERÁ OBTER SUCESSO SE SUA RELAÇÃO DE EMPATIA COM A AVALIAÇÃO FOR EXITOSA  
AVALIAR COM INICIATIVAS INOVADORAS FACILITA A APRENDIZAGEM E O DESEMPENHO ESTUDANTIL  
A INOVAÇÃO EM AVALIAÇÃO TEM RAZÃO DE SER COM RECURSOS HUMANOS DE ESPÍRITO INOVADOR  
INICIATIVAS INOVADORAS DE AVALIAÇÃO, SIM; PRÁTICAS ULTRAPASSADAS, NÃO  
A AVALIAÇÃO É INOVADORA QUANDO OS SEUS CAMINHOS A CONDUZEM A RESULTADOS ESPLENDOROSO  
FINALIZANDO

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZANDO  
ESCOLA EM CICLOS: INCLUSÃO ESCOLAR COM POSITIVO APORTE PEDAGÓGICO FAMILIAR  
FILOSOFIA DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA EM CICLOS E AMPARO PEDAGÓGICO FAMILIAR  
A AVALIAÇÃO QUE PROTAGONIZA ORIENTAÇÃO À APRENDIZAGEM E AO DESEMPENHO NA ESCOLA EM CICLOS  
CIRCUNSCRIÇÃO FUNCIONAL DA ESCOLA EM CICLOS NO BRASIL E EM OUTROS PAÍSES  
PROTAGONISMO DA ESCOLA EM CICLOS ANTE A “PRIMAZIA” FUNCIONAL DE

OUTROS FORMATOS EDUCATIVOS  
FINALIZANDO

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZANDO  
PERCURSO DE TECNOLOGIAS EDUCATIVAS DE ANTANHO E NO TEMPO  
PRESENTE  
RELEVÂNCIA DO USO DE TECNOLOGIA NA MEDIAÇÃO DE ATIVIDADES  
EDUCATIVAS  
FORMAÇÃO DOCENTE: MUITO TEORIA COM PRECÁRIA TECNOLOGIA  
TECNOLOGIAS SOFISTICADAS OU NÃO, O SEU USO FAZ DIFERENÇA  
PEDAGÓGICA  
TECNOLOGIAS: MEDIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E SUPORTE À AVALIAÇÃO DE  
DESEMPENHO  
FINALIZANDO

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZANDO  
DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA TÉCNICA DO PASSADO À DO PREDOMÍNIO  
TECNOLÓGICO NO TEMPO PRESENTE  
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: ACESSO DEMOCRÁTICO PRIVILEGIADO A BENEFÍCIOS  
EDUCATIVOS  
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: VIA DEMOCRÁTICA E PRAZEROSA DE INCLUSÃO  
TECNOLOGIA: LASTRO PEDAGÓGICO POR EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA FORMADORA  
DE RECURSOS HUMANOS  
AVALIAÇÃO PRAZEROSA COM APORTE TECNOLÓGICO CONFERE À EDUCAÇÃO A  
DISTÂNCIA PLENA RAZÃO DE SER  
FINALIZANDO

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2014. Diário Oficial da União, PoderLegislativo, Brasília, DF, 15 abr. 2014.
- \_\_\_\_\_. Decreto n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 18 dez. 2017a.
- \_\_\_\_\_. Portaria n. 19, de 13 de dezembro de 2017. Diário Oficial da União, PoderLegislativo, Brasília, DF, 15 dez. 2017f.

**DISCIPLINA:**

GESTÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

**RESUMO**

Ao nos remetermos ao ambiente escolar, um dos profissionais que tomam a frente de inúmeras situações ocorridas no dia a dia educacional é, sem dúvida, o pedagogo. Com certeza você lembra desse profissional atuando em alguma escola em que estudou, assim como dos afazeres que ele exercia diariamente, porém, não imagina a grandeza e importância de suas ações para toda a comunidade escolar.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

CONVERSA INICIAL  
ELEMENTOS DEFINIDORES DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO  
A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**AULA 2**

CONVERSA INICIAL  
A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA  
DESAFIOS PARA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO COM BASE NO  
PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**AULA 3**

CONVERSA INICIAL  
MECANISMOS DE AÇÃO COLETIVA NA ESCOLA  
CONHECENDO OS MECANISMOS DE AÇÃO COLETIVA NA ESCOLA  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**AULA 4**

CONVERSA INICIAL  
PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA ORGANIZAÇÃO DA REUNIÃO PEDAGÓGICA  
CUIDADOS NA ORGANIZAÇÃO DAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**AULA 5**

CONVERSA INICIAL  
PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA ORGANIZAÇÃO DA REUNIÃO PEDAGÓGICA  
CUIDADOS NA ORGANIZAÇÃO DAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**AULA 6**

CONVERSA INICIAL  
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO  
DESAFIO DO PEDAGOGO EM RELAÇÃO À ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA  
ESCOLA  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**BIBLIOGRAFIAS**

- SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas: Autores Associados, 2003.  
[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)

**DISCIPLINA:**

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

**RESUMO**

Nesta disciplina abordaremos a legislação educacional do Brasil, numa perspectiva crítica da natureza das leis e do planejamento da educação brasileira na atual conjuntura. Alguns importantes conceitos serão trabalhados sobre a democratização da educação básica, como funcionam os sistemas de ensino, bem como a legitimidade dos planos em

nível nacional, referentes às políticas educacionais, considerando, nesse contexto, a atuação do Ministério da Educação (MEC) como parte do aparelho de Estado.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **AULA 1**

INTRODUÇÃO  
DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: NATUREZA DAS LEIS E NORMAS COMPLEMENTARES  
SISTEMAS DE ENSINO: ENSINAR E APRENDER GESTÃO DA EDUCAÇÃO  
REGULAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS  
RELAÇÕES ENTRE UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS

#### **AULA 2**

INTRODUÇÃO  
TRABALHO PEDAGÓGICO NO ÂMBITO EDUCACIONAL  
FORMAS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: PERSPECTIVA CRÍTICA E CONCEITOS FUNDANTES  
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) – LEI N. 8.069/1990 E SEUS DESDOBRAMENTOS EM DEFESA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA  
FORMAÇÃO OMNILATERAL NA EDUCAÇÃO

#### **AULA 3**

INTRODUÇÃO  
APLICAÇÃO DA LDB NA EDUCAÇÃO BÁSICA: GESTÃO DEMOCRÁTICA EM CONSTRUÇÃO  
EDUCAÇÃO INFANTIL NA LDB: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA  
ENSINO FUNDAMENTAL NA LDB9394/96  
LEI N. 13.415/2017 - O “NOVO” ENSINO MÉDIO

#### **AULA 4**

INTRODUÇÃO  
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB): LIMITES E AVANÇOS  
DISPOSITIVOS LEGAIS DA LDB 9394/96 RELATIVOS À AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO  
AVALIAÇÃO EM GRANDE ESCALA: AÇÕES DO MEC, DAS SMES, DAS SEEDS  
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA EMANCIPADORA

#### **AULA 5**

INTRODUÇÃO  
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE): BASES DE SUSTENTAÇÃO  
EQUIDADE NA EDUCAÇÃO: COMO PROCEDER?  
METAS DO PNE 2014/2024: ENTRE A POSSIBILIDADE E A REALIDADE  
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PNE 2014/2024: RESISTÊNCIA E CONTRADIÇÕES NA ESFERA DA POLÍTICA EDUCACIONAL

#### **AULA 6**

INTRODUÇÃO  
BNCC PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS A PERCORRER  
OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA NA BNCC: ESTRUTURA E PROPÓSITOS  
A BNCC PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: CONCEPÇÕES, LIMITES CONCEITUAIS E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTORICAMENTE SISTEMATIZADO  
BNCC - RESOLUÇÃO N. 04/2018: PERCURSO DE CONSTRUÇÃO

### BIBLIOGRAFIAS





- AGESTA, L. S. Sistema político. In: SILVA, B. (Coord.). Dicionário de ciências sociais. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1986.
- BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. Educação e Sociedade: Revista de Ciências da Educação, São Paulo, v. 26, n. 92, p. 725-752, 2005.
- BOBBIO, N. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

**DISCIPLINA:**

POLÍTICAS PÚBLICAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**RESUMO**

A gestão das políticas públicas para a área da Infância e Adolescência aborda questões que vão muito além da visão de senso comum que a sociedade tem. É preciso entender esse campo de embate entre a visão que a sociedade tem e a visão de gestão. As duas juntas podem garantir a eliminação do senso comum. Não podemos esquecer que as perspectivas teóricas e a gestão das políticas públicas para a infância e adolescência estão diretamente relacionadas aos princípios contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 – o ECA (Brasil, 1990). É com certeza desafiante entender as políticas públicas para a gestão da infância e da adolescência se não soubermos o que significa e se não tivermos conhecimentos a respeito da Doutrina da Proteção Integral como pilar fundante do ECA, e por consequência de suas perspectivas. Ou seja, os conteúdos desta disciplina, tratam de compreender a doutrina, compreender o ECA, a partir da proteção integral e de todos os atores sociais envolvidos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO

ECA: POLÍTICAS SOCIAIS E JURÍDICAS

SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

POLÍTICAS PÚBLICAS: PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE OS DIREITOS HUMANOS

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA: DA RODA DOS EXPOSTOS AO ECA

O ECA E A CRIAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO INTEGRAL

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: QUEM SÃO ELES?

A QUESTÃO DA MAIORIDADE PENAL E A EDUCAÇÃO PARA DIREITOS HUMANOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

BRASIL COLÔNIA E A CRIANÇA

A CRIANÇA, A FAMÍLIA E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

DESENVOLVIMENTO HUMANO

ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E AO ADOLESCENTE

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E

ADOLESCENTES

ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E

ADOLESCENTES  
PARTICIPAÇÃO, COMUNICAÇÃO SOCIAL E PROTAGONISMO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
ESPAÇOS DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS)  
CONSELHO TUTELAR: O QUE É  
CONSELHO TUTELAR: HISTÓRIA  
CONSELHO TUTELAR: LEGISLAÇÃO

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
DEFENSORIA PÚBLICA

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- \_\_\_\_\_. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, jul. 2002.

**DISCIPLINA:**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**RESUMO**

A centralidade do PPP da escola está relacionada às políticas públicas e à gestão educacional. Portanto, ao discutirmos sobre ele, precisamos considerar as concepções de gestão e a implementação de processos de participação e decisão, analisando, assim, o papel da gestão ao elaborá-lo. O maior desafio está na interatividade, no diálogo e na flexibilização subsidiada pela gestão. Esta, por sua vez, necessita ter caráter democrático. Vale ressaltar ainda a existência da gestão educacional no contexto da escola pública, que abarca as diferentes concepções e práticas de planejamento. Diante disso, reflita sobre o questionamento a seguir: De que forma a gestão escolar pode envolver o grupo (docentes, comunidade, administrativos) na construção e reconstrução do PPP?

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZANDO  
GESTÃO E PLANEJAMENTO: PERSPECTIVA HISTÓRICA  
ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA E SUA RELAÇÃO COM O CONTEXTO EDUCACIONAL  
PLANEJAMENTO: FUNÇÕES E FINALIDADES  
PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO BRASIL  
GESTÃO EDUCACIONAL NO BRASIL  
FINALIZANDO

**AULA 2**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZANDO  
PLANEJAMENTO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS  
PLANEJAMENTO: DIMENSÕES, NÍVEIS E DESDOBRAMENTOS  
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: ETIMOLOGIA  
PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO  
A EQUIPE GESTORA NA ARTICULAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO  
FINALIZANDO

**AULA 3**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZANDO  
A ESCOLA COMO LOCAL DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO  
AS POSSIBILIDADES E OS LIMITES DO PPP NO CONTEXTO ESCOLAR  
PPP COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA  
O PAPEL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO PARA EFETIVAÇÃO DO PPP COMO  
INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA  
PPP COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO  
FINALIZANDO

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZANDO  
FUNÇÕES ATRIBUÍDAS AO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO  
ETAPAS DO PLANEJAMENTO DO PPP  
MARCO REFERENCIAL OU SITUACIONAL  
DIAGNÓSTICO  
PROGRAMAÇÃO  
FINALIZANDO

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZANDO  
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO  
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E AS FINALIDADES DA ESCOLA  
IGUALDADE E QUALIDADE  
AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO  
PRESSUPOSTOS DO PROJETO  
FINALIZANDO

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZANDO  
DESDOBRAMENTOS DO PPP – PLANEJAMENTO NO CONTEXTO EDUCACIONAL  
CONSELHO ESCOLAR  
TIPOS DE PLANEJAMENTO  
PLANEJAMENTO ELABORADO PELO PROFESSOR  
PLANO DE AULA  
FINALIZANDO

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 24 nov. 2016.

- LÜCK, H. et al. A escola participativa o trabalho do gestor escolar. Rio de Janeiro: DP & A, 1998.
- MAIA, B. P. e C.; MARGARETE, T. de A. Os desafios e a superação na construção coletiva do projeto político-pedagógico. Curitiba: InterSaberes, 2013.

